

## IMPLEMENTAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO INDIGENISMO ENTRE OS POVOS INDÍGENAS DO OIAPOQUE (1930 A 1960)

Cleisy Narciso Silva<sup>1</sup>; Carina Santos de Almeida<sup>2</sup>; Elissandra Barros da Silva<sup>3</sup>

Ciências Humanas

### Resumo

Neste trabalho discutimos alguns elementos importantes sobre a implementação e estruturação do indigenismo entre os Povos Indígenas de Oiapoque a partir da leitura e do estudo nos documentos históricos do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), Museu do Índio (FUNAI/RJ). O acervo documental pesquisado é composto por mais de 50 mil documentos, onde pudemos ler e tabular até o momento uma parcela de 9 mil, destacando informações pertinentes e histórias sobre a atuação da proteção tutelar na região de Oiapoque.

**Palavras-chave:** SPI; Indígenas; Oiapoque

### 1 Introdução

A importância desta pesquisa para nós, mas principalmente para mim, Cleisy Narciso, indígena Galibi-Marworno, reside na oportunidade de conhecer e reconhecer mais sobre a história de meu povo e dos meus antepassados, bem como em compreender como o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) atendia os povos indígenas da região do Oiapoque e outros povos indígenas no Brasil.

Apesar de estar no começo de minha trajetória acadêmica, com este estudo pude acessar várias histórias sobre o passado do meu povo Galibi-Marworno. Passei a entender como se desenvolveu a “assistência” e a “proteção tutelar” naquele tempo, assim como também estudaram outros pesquisadores indígenas e colegas, como Leônia Ramos Oliveira e Lilia Ramos Oliveira.

Considero significativo sabermos “que tipo de proteção era essa” que o SPI promovia com os povos indígenas do Amapá e Norte do Pará. Sei que existem ainda poucos estudos e informações consistentes na Universidade sobre os povos indígenas regionais, ainda mais quando se trata do indigenismo do SPI, que parece tão distante do tempo presente. Para além dos documentos, são os mais velhos de nossas comunidades que conhecem tais histórias, porém, é difícil eles falarem, pois suas memórias integram um passado muitas vezes doloroso.

---

<sup>1</sup> Discente PETiano(a) Bolsista do Grupo PET-Indígena Conexão de Saberes do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena da Universidade Federal do Amapá – cleisynarcisosilva@gmail.com

<sup>2</sup> Docente do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena da Universidade Federal e Orientadora do presente trabalho – carina\_almaid@yahoo.com.br

<sup>3</sup> Tutora do Grupo PET-Indígena Conexão de Saberes do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena da Universidade Federal do Amapá – elisbarros22@gmail.com

Por isso, enquanto aluno indígena da Licenciatura Intercultural Indígena, busco compreender muitos destes episódios históricos através desta pesquisa nos documentos registrados pelo indigenismo do SPI, bem como, quando possível, desenvolver conversas e diálogos com os mais velhos do povo Galibi-Marworno.

## 2 Objetivo

Neste trabalho meu objetivo foi compreender as formas de estruturação e organização do indigenismo na fronteira Brasil- Guiana Francesa; como se desenvolveu os Postos Indígenas Uaçá e Luis Horta entre os povos indígenas de Oiapoque (1930 e 1960); e caracterizar este indigenismo de Estado em nossa região de Oiapoque.

## 3 Metodologia

Este estudo foi desenvolvido com a realização de várias leituras, fichamentos e anotações no caderno de pesquisa. Essa etapa inicial me possibilitou enquanto indígena compreender o contexto histórico dos documentos que, em um segundo momento, eu me dediquei a ler e compreender.

Só foi possível compreender a implementação e estruturação do indigenismo quando passei à leitura documental. Consegui ler aproximadamente 9 mil páginas em documentos digitalizados, discernidos em cartas, relatos, relatórios, memorandos, ofícios, telegramas, orçamentos, entre outros documentos produzidos pelo SPI na região do Oiapoque. Tais documentos pertencem ao Acervo Documental do SPI referente a 2ª Inspeção Regional, que foram gentilmente disponibilizados pelo Museu do Índio/Fundação Nacional do Índio, Rio de Janeiro ao Curso de Licenciatura Intercultural Indígena. Além da leitura, pude tabular os dados e informações disponíveis e partir disso, conversar com os mais velhos em minha Aldeia Tukay – sobretudo com a minha avó – para compreender o contexto de vida dos povos indígenas e da atuação do indigenismo do SPI entre nós.

## 4 Resultados e discussão

Através da leitura do acervo documental do Museu do Índio/FUNAI pude compreender que o objetivo principal do SPI entre os povos indígenas de Oiapoque foi a promoção da nacionalização e da integração do índio à sociedade brasileira, através de uma pretensa “proteção” e “assistência”. O SPI pretendia manter o espaço, hoje denominado Oiapoque, em território brasileiro. Historicamente, a Guiana Francesa tinha mais proximidades com os povos indígenas da região, assim, o SPI buscou nacionalizar os indígenas (brasileiros) para

que esse território se consolidasse, de fato, como Brasil. Havia também objetivos mais escusos no indigenismo do SPI, como incentivar que os índios “deixassem de ser índios”, possibilitando, conseqüentemente, que o governo explorasse as terras tradicionais.

Os agentes do indigenismo que aparecem nos documentos que analisei foram Eurico Fernandes e Raimundo Ramos, que promoveram ações na região de Oiapoque, sobretudo no Posto Indígena Uaçá, e, ainda, Elesbão Freitas e Francisco Lima, que atuaram diretamente no Posto Indígena Luiz Horta. Durante sua atuação em nossa região, o SPI promoveu ações em nível local, buscou através de inúmeras ações, fazer o indígena se transformar em um “trabalhador rural”, visualizando neste um ser “incapaz” de tomar decisões por si mesmo.

A escola que foi implantada em nossas aldeias, como na Aldeia Santa Maria dos Galibis, conhecida hoje como Aldeia Kumarumã, consistia em um espaço de imposição, por parte do indigenismo do SPI, daquilo que chamavam “civilização”, “nacionalização” e “integração” dos índios. Queria, na realidade, nos transformar em sujeitos que não somos e nunca fomos, inclusive, proibindo nossa língua. Após ler vários artigos sobre o SPI, fui a casa da minha avó Maria Dorica e, junto com sua irmã Isoleide pedi-lhes que falassem um pouco como era a vivência delas no tempo do SPI, destacando a escola. A conversa com minha avó claramente me mostrou que as memórias trazem elementos que os documentos omitem ou não registraram.

Narrativa de dona Maria Dorica:

Antes nós vivíamos em várias aldeias, distribuídas ao longo do rio, não ficávamos em um só lugar, mudávamos assim como mudávamos de roça. A roça é o que fazia com que fossemos para outros lugares. As nossas casas de palha e folha de inajá lembram-me quando ia para escola, ia de canoa remando para o Kumarumã. Quando chegava lá eu tinha medo, sempre sentando no fundo com as amigas. Lembro quando a gente errava as respostas da tabuada, éramos castigados com a palmatória. Estudávamos com dois professores ao mesmo tempo, um homem e uma mulher. O professor não pegava tão pesado como nós, mas a professora não queria nenhum erro e se errar repetia tudo de novo. Quando ela cansava dos que erravam, pedia a eles que sentassem e estudassem, porque quando for chamar de novo, ia ser palmatória. A palmatória doía demais. [...] Outras formas de punição também implantada pelo SPI para quem comete infração na aldeia foi o kubahí. Instrumento de madeira, grande, pesados, utilizado para mobilizar uma pessoa, geralmente o kubahí é colado nos pés e com o tempo isso veio mudando de lá para cá. A nossa língua é que foi mais afetada, antes era o Galibi. Meus pais falavam pouco o Galibi, mas eu fui criado falando o Kheoul até hoje.

Ao longo da conversa com essas duas narradoras pude perceber a tristeza e a dor do passado que se manifesta através das palavras, pude observar seus silêncios e seus olhares entrecortados ao relembrar o tempo da juventude na escola. Contudo isso me pergunto: Que proteção era essa?! A proteção só existia no papel. O que o SPI promovia junto aos indígenas não era proteção e assistência, mas sim obriga-nos a ser o que de fato não éramos, o indigenismo do SPI impunha-nos a nacionalização, a integração à sociedade nacional. Essa

era a realidade que enfrentavam os povos indígenas, não só na região do Amapá, assim como em outros lugares do Brasil.

A agência do SPI instalou duas unidades locais em Oiapoque. O Posto Indígena de Fronteira e Vigilância Luiz Horta em 1941 e o Posto Indígena de Educação e Nacionalização Uaçá em 1942. O PI Luiz Horta foi instalado na confluência do Rio Muripi com o Rio Oiapoque, no alto curso do Rio Oiapoque. Atendia aos povos Emerilhon ou Emerenhões, conhecidos como Teko e vivendo apenas Guiana Francesa; este posto também atendia aos Urucuianos ou Waianos (Waiana) e, os Oiampi ou Wajãpi. Enquanto o PI Uaçá foi instalado na confluência do Rio Curipi com o Rio Uaçá, no local conhecido como Encruzo, atendia aos povos Galibi, discernidos atualmente como Marworno, os Palikur-iêne, nominados de Palikur-Arukayene e aos Karipuna (ALMEIDA, OLIVEIRA E OLIVEIRA, 2017, p.12). Em meus estudos, leituras bibliográficas e documentais pude compreender que muitos povos indígenas sofreram com mortes e perseguições perpetradas pelos não indígenas.

No tempo do SPI, para que o Amapá fosse consolidado como uma região brasileira, era preciso segundo o olhar dos governantes que nós povos indígenas falássemos o português. Então fomos proibidos de nos comunicar em nossa própria língua materna. O contato com a Guiana Francesa era constante e alimentado pelas relações comerciais com a venda de nossos produtos. O caminho escolhido pelo governo brasileiro e pelo indigenismo foi a nacionalização dos povos indígenas à sociedade brasileira.

No presente não temos mais o SPI atuando em nossas comunidades, mas o que ele fez com os povos indígenas jamais será esquecido. Na atualidade, a Funai consiste no órgão indigenista que está à frente dos povos tradicionais, dando assistência, contribuindo com a construção de documentos e articulando as lideranças indígenas junto ao governo.

Hoje a Aldeia Kumarumã tem cerca de mais de duas mil pessoas residindo na ilha. Contudo, nós “mun uaçá” estamos promovendo na atualidade um reordenamento territorial, abrindo novas aldeias e constituindo novas residências às suas famílias ao longo do rio Uaçá. Algumas aldeias estão implantando escolas com professores indígenas, graduados no Magistério Indígena e na Universidade Federal do Amapá para atender a especificidades da educação escolar do povo.

## **5 Considerações finais**

Houve outras práticas instituídas entre os povos indígenas de Oiapoque que direta ou indiretamente contribuíram para esse cenário de “nacionalização” e “integração” do indigenismo, como a implantação da escola, a imposição de novas religiosidades e religiões e,

sobretudo, a proibição dos indígenas de falar suas línguas maternas, adotando somente a língua portuguesa. A religião de fora adentrou nossas aldeias, promovendo a “demonização”, muitas vezes, da cultura indígena. A atuação do indigenismo foi forte e trouxe consequências, a nossa cultura passou por imposições, mudanças e impactos drásticos decorrentes da atuação do indigenismo brasileiro, porém, não deixamos e não deixaremos de ser indígenas. Sempre seremos indígenas.

Apesar do indigenismo ter causado várias perdas e trazer experiências dolorosas aos nossos antepassados, emergiram destas relações dualidades de significados. Por influências antigas, diversas e, também, da escola, perdemos completamente nossa primeira língua, o Galibi antigo. Contudo, com a escola hoje podemos fortalecer a língua que hoje assumiu o papel de língua materna, o Kheuól. A escola no tempo do SPI era para nos atingir e influenciar negativamente. Pretendemos hoje fazer da escola um local de afirmação da nossa identidade, onde se valoriza a nossa cultura e onde se estuda sobre a história do nosso povo. Espero que a escola venha a fortalecer mais e mais as nossas crenças, cantos e conhecimentos.

### Referências

ALMEIDA, C. S. de.; OLIVEIRA, L. R.; OLIVEIRA, L. R.. **Mas que tipo de proteção era essa?! Os povos indígenas de Oiapoque e o Serviço de Proteção aos Índios.** Anais XXIX Simpósio Nacional de História, Brasília, 2017. p 01 -17. Disponível em: [http://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1488845489\\_ARQUIVO\\_ArtigoMASQUETIPODEPROTECAOERAESSA.pdf](http://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1488845489_ARQUIVO_ArtigoMASQUETIPODEPROTECAOERAESSA.pdf). Acesso em: nov. 2017.